



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1862837 - RS (2020/0040189-5)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
RECORRENTE : SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : LUCIANA INES RAMBO - RS052887
FELIPE CARLOS SCHWINGEL - RS059184
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : SANTA RITA TORMES SELBACH - SUCESSÃO
ADVOGADO : ODAIR JOSE SANTOS DE ABREU FAGUNDES - RS073426
RECORRIDO : SANDRA JUSSARA JAMES ALMEIDA
RECORRIDO : SERGIO LUIS DA SILVA GODOY
RECORRIDO : SIMONE RODRIGUES SIMOES
RECORRIDO : SONIA BELTRAO RIZK
RECORRIDO : ELAINE RODRIGUES SIMOES
RECORRIDO : VALDECI BASILICIA SIMOES
RECORRIDO : FABIANO RODRIGUES SIMOES
RECORRIDO : VERA LUCIA AGUZZOLI TRAVI
RECORRIDO : IRACEMA RODRIGUES SIMOES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EXECUÇÃO PROMOVIDA PELO SINDICATO DA CATEGORIA EM NOME DE SUCESSORES DE SERVIDORES SINDICALIZADOS JÁ FALECIDOS. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO. DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR. CARÊNCIA. SITUAÇÃO DO PENSIONISTA. NÃO INTEGRAÇÃO. 1. Quanto à regularidade da execução em si, é fato incontroverso que Santa Rita Selbach faleceu antes de seu ajuizamento. Logo, a relação jurídico-processual carece de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular, seja pela incapacidade de ser parte, seja pela extinção do mandato outorgado pelo de cujus ao profissional que firmou as peças processuais, antes mesmo de propositura do feito. 2. A situação do(a) pensionista não se confunde com a de eventuais herdeiros, que, ao

contrário daquela, não integram a categoria representada pela entidade sindical.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente providos, apenas para fins de prequestionamento.

No recurso especial, interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, a parte recorrente alega, em síntese violação (a) ao art. 1.022 do CPC/2015, pois, a despeito da oposição de embargos aclaratórios, o acórdão recorrido permaneceu omissa, (b) aos arts. 70, 75 e 110 do CPC/2015, na medida em que o sindicato não teria legitimidade para representar pensionista de servidor falecido mais de dez anos antes do ajuizamento da ação de execução.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, in verbis: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta.

Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

De outra parte, extrai-se do acórdão recorrido que o servidor, então representado em ação coletiva ajuizada pelo sindicato da categoria, faleceu durante a fase de conhecimento.

Promovida a execução pelo referido sindicato, em nome de sucessor desse servidor sindicalizado já falecido, o Tribunal de origem concluiu pela legitimidade do exequente em questão.

Tal entendimento guarda consonância com a orientação desta Corte Superior, segundo a qual o sindicato possui legitimidade ativa para substituir os sucessores.

Nesse sentido, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR FALECIDO E SUCESSORES. LEGITIMIDADE DO SINDICATO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. Esta Corte possui entendimento de que é razoável considerar que o sindicato possui legitimidade ativa para substituir a pensionista diante da natureza do vínculo que a pensão gera em relação à viúva do servidor, devendo esta ser incluída, portanto, na categoria representada pelo sindicato, sendo desnecessária sua efetiva filiação à entidade. Precedentes: REsp 1276388/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 11/11/2011; AgRg no REsp 1.224.482/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 15/10/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1596036/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 12/12/2017)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DIFERENÇAS DE 3,17%. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA REPRESENTAR O PENSIONISTA. VÍNCULO JURÍDICO ENTRE O PENSIONISTA E O SERVIDOR DECORRENTE DA PRÓPRIA PENSÃO. DESNECESSIDADE DE PREVISÃO ESTATUTÁRIA E EFETIVA FILIAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. Esta Corte possui entendimento de que é razoável considerar que o

sindicato possui legitimidade ativa para substituir a pensionista diante da natureza do vínculo que a pensão gera em relação à viúva do servidor, devendo esta ser incluída, portanto, na categoria representada pelo sindicato, sendo desnecessária sua efetiva filiação à entidade (REsp 1.276.388/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 11.11.2011).

2. Agravo Regimental da União a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.224.482/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 15/10/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator